



RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FORMAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

MEDEIROS, Dalva Helena de (TIDE) e Grupo de Pesquisa GERA
Fecilcam, dalva-helena@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho relata resultados parciais de projeto vinculado ao Grupo de Pesquisas: Estudos Regionais: geo-histórico, sócio-cultural, educacional e ambiental – GERA, filia-se a linha de pesquisa: Educação Ambiental: aspectos educacionais e psicossociais. Vinculou-se ao TIDE (Tempo Integral de Dedicção Exclusiva) do ano de 2009 até agosto de 2010. Está sendo desenvolvido na mesorregião centro ocidental do Paraná no município de Corumbataí do Sul. A escolha do município se deu pelo baixo índice de Desenvolvimento Humano – IDH - (0,678), que se reflete no campo educacional, social e econômico.

Atualmente a chamada Globalização da Economia, Era do Conhecimento, Era da Informatização são caracterizadas pelo rápido avanço das ciências, da tecnologia, da informação, exigência de atualização constante, substituição do trabalho manual pelo intelectual.

Nesse processo de Globalização a escola vem sendo questionada acerca de seu papel formador e necessita posicionar-se ao lado da classe trabalhadora e contra os processos educacionais excludentes sob aparência de includentes que visam somente a melhoria das estatísticas e contribuir para uma formação politécnica e omnilateral.

O estudo busca oferecer um diagnóstico sobre a influência da escolaridade formal no desenvolvimento da pequena propriedade rural e de regiões agrícolas. Pretende compor parte de um banco de dados sobre o município de Corumbataí do Sul que será elaborado por todos os integrantes do grupo de pesquisa. Este diagnóstico poderá ser utilizado pelos órgãos públicos responsáveis pelas políticas educacionais locais e regionais. Poderá servir como ponto de partida para o desenvolvimento de outros projetos de desenvolvimento regional que ultrapassem as soluções imediatistas e visem soluções à longo prazo de promoção do ser humano como um todo.

Utilizou-se para esta etapa de revisão bibliográfica levantamento e análise de dados secundários, na continuidade do projeto pretende-se completar com levantamento de dados primários nas propriedades de agricultura familiar.



RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DE CORUMBATAÍ DO SUL

Cabe definir claramente a concepção de Educação Ambiental (EA) adotada para o desenvolvimento do mesmo. No senso comum a Educação Ambiental é relacionada a práticas específicas de coleta seletiva, organização de passeios ecológicos, comemorações de datas tais como dia da árvore, água e semana do meio ambiente; regras de civilidade com ênfase no conservacionismo.

A Educação Ambiental (EA) é um processo individual e coletivo que tem por objetivo central a manutenção de sobrevivência para as gerações futuras no planeta Terra.

Na I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada na Geórgia em 1977 estabeleceram-se objetivos para a EA os quais destaque devido a sua relevância para o projeto: a) favorecer a compreensão e preocupação da interdependência econômica, social, política e ecológica nas áreas rurais e urbanas; b) oferecer a todas as pessoas a oportunidade de adquirir os conhecimentos, valores, atitudes, compromissos e capacidades necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente; c) criar novas formas de conduta em indivíduos e grupos e na sociedade em geral, em relação ao meio ambiente.

A Lei 9.795/99 define a necessidade de que a EA favoreça o conhecimento da realidade local, regional, nacional e global; que adote como princípio a concepção de meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sugere o enfoque democrático e participativo e a vinculação entre o trabalho e as práticas sociais, entre outros.

Este projeto, conforme já explicitado em seus objetivos, pretende averiguar a relação entre a escolaridade formal e o desenvolvimento da propriedade agrícola familiar contribuindo para fixação do homem do campo no lugar onde vive com qualidade de vida.

A qualidade de vida de um indivíduo ou comunidade está diretamente relacionada às suas condições materiais de sobrevivência. Devido a mudanças conjunturais e estruturais da sociedade que serão tratadas de maneira mais minuciosa no decorrer do texto, os pequenos proprietários rurais vêm se descapitalizando no decorrer das últimas décadas o que inviabiliza a sua permanência e de sua família na zona rural. A descapitalização está vinculada a diversos fatores entre os quais a falta de adoção de estratégias de gestão e novas tecnologias na propriedade.

A fundamentação baseia-se entre outros trabalhos em uma pesquisa desenvolvida no Oeste de Santa Catarina (2003), por pesquisadores do Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar – CEPAF – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de



Santa Catarina, coordenada pelo sociólogo, Prof. Dr. Ricardo Abramovay da USP. A pesquisa constatou um baixo nível de escolaridade na atual geração e na geração sucessória de agricultores, comprometendo o exercício da profissão de agricultor, visto que o avanço das novas tecnologias e as novas formas de organização da produção exigem um nível de conhecimento mais elevado.

Observou-se um avanço no grau de escolaridade e na valorização da educação formal na geração contemporânea se comparada à anterior, entretanto, segundo demonstram dados da pesquisa a qualidade e abrangência da educação apresenta ainda graves problemas na zona rural. A educação formal prepara o jovem para migrar devido valorizar o crescimento urbano-industrial e relacionar o espaço rural ao atraso.

O presente estudo é sobre a mesorregião centro ocidental do Paraná no município de Corumbataí do Sul. A escolha do município se deu pelo baixo índice de Desenvolvimento Humano – IDH - (0,678), que se reflete no campo educacional, social e econômico.

A mesorregião apresenta desde os anos de 1990 um esvaziamento populacional devido a falta de perspectiva de vida da população que procura nas áreas urbanas condições de inclusão econômica e social. Leonello e Lehfel, (2008, p. 3) consideram que:

As mudanças verificadas na distribuição espacial da população da Mesorregião Centro-Occidental Paranaense têm impactado diretamente sobre a dinâmica de seu desenvolvimento e, por consequência, no desenvolvimento das cidades que a compõem, principalmente, daquelas que têm o meio rural, como setor prioritário da economia.

Nos dados da Tabela do IBGE: População dos Municípios da Mesorregião Centro-Occidental Paranaense, 1991 e 2007 pode-se verificar que no ano de 1991 o município de Corumbataí do Sul contava com 4.880 habitantes na área rural e 1.762 habitantes na área urbana, totalizando 6.642, diminuindo no ano de 2007 para 2.111 habitantes na área rural e aumentando para 2.151 habitantes na área urbana, totalizando 4.262 habitantes. Houve um forte êxodo da zona rural para a urbana e para outras regiões do Estado com melhores condições de vida. Os dados do Instituto paranaense de Desenvolvimento Econômico – IPARDES indicam que o município possui 59% da população em extrema pobreza.

Abramovay (2000) diz que é corriqueira a afirmação de que desenvolvimento rural não se limita a crescimento agrícola, tanto por instituições governamentais, quanto pela produção acadêmica, entretanto, na prática, no momento de elaborar planos de desenvolvimento para regiões, ainda prevalece a concepção clara de separação entre campo e cidade, inclusive nos levantamentos do IBGE e outros institutos, em vez de



incentivar uma rede de relações entre o rural e o urbano que contribuam para a superação dos problemas encontrados.

O autor argumenta que não é suficiente para explicar o desenvolvimento de algumas regiões e o declínio de outras, apenas vantagens ou obstáculos geográficos. Existem regiões semelhantes com distintos graus de desenvolvimento.

Enfatiza que correntes contemporâneas de pensamento buscam explicar o fenômeno por meio da **dimensão territorial do desenvolvimento e do capital social**.

Não se trata de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim de estudar a montagem das “redes”, das “convenções”, em suma, das **instituições** que permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação - capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade (ABRAMOVAY, 2000, p. 2). (grifo do autor)

Segundo Abramovay (2000) os fatores determinantes para que regiões rurais sejam bem sucedidas estão ligados ao capital social, às relações de confiança, associativismo, enfim ações cooperativas, um pensar coletivo em busca de soluções para os problemas locais que não partam somente dos poderes públicos tradicionalmente instituídos.

Elucida que o princípio do associativismo, de ações coletivas é frontalmente contra ao princípio básico do liberalismo em atender interesses imediatos do indivíduo. Que requer um esforço de pensar soluções distintas das tradicionais formas de relações de poder local em que o domínio é exercido pelo prefeito e existe a troca de favorecimentos e influências, situações em que predominam certo grau de competitividade e não de auxílio mútuo. Há necessidade de pensar a coletividade acima de interesses individuais momentâneos.

Inclui no relato experiências bem sucedidas com assentamentos, além da atividade de agricultura familiar tradicional:

[...] as experiências bem sucedidas caracterizam-se sistematicamente pela ampliação do círculo de relações sociais dos assentados no plano político, econômico e social. Por mais que as condições naturais (solo, relevo, clima) sejam importantes na determinação do desempenho dos assentamentos, não são poucos os casos em que os limites físicos foram vencidos pela capacidade organizativa, ou seja, pela construção de uma rede de relações que possibilitou ampliar as possibilidades de valorização do trabalho dos assentados (Abramovay, 2000, p.12).

O pesquisador assinala como o maior desafio para atingir o desenvolvimento territorial: **a mudança no ambiente educacional**.

Que existe uma tradição histórica, que vem da época do escravismo, de se acreditar que deve ficar na propriedade rural aquele que tem menor vocação para o estudo. “Aos



mais dinâmicos e empreendedores todos apontam o caminho da migração como o mais promissor: os pais, os colegas, os professores e os próprios extensionistas. (ABRAMOVAY *et al*, 1998, apud ABRAMOVAY, 2000, p. 13).”

Denuncia que não há até hoje no Brasil uma instância preocupada com a educação rural.

Corroboram com a idéia do autor propalando que a “a zona rural não tem sido objeto de destaque nas constituições brasileiras. A população originária do campo não teve e ainda não tem acesso à educação formal digna” (SILVA, CECÍLIO E HIROSE, 2010, p. 181-182). Elucidam ainda as autoras, que o campo é identificado como atraso pelo olhar urbano e que a população do campo é identificada com expressões pejorativas.

Citam como avanços e como possibilidades de uma mobilização articulada pela discussão de políticas públicas municipais e estaduais o Artigo 28 e seus incisos da Lei 9.394/96 e os Seminários Estaduais I e II sobre Educação no Campo, promovidos no Estado do Paraná e a Conferência Nacional por uma Educação do Campo.

EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONCEPÇÕES E AÇÕES

No prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*, Marx explica a determinação material da vida social:

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1991, p.29).

A concepção materialista histórico dialética desenvolvida por Marx e Engels considera que o ser humano em sua relação com a natureza, transformou-a pelo trabalho de forma a garantir a sua sobrevivência num primeiro momento e posteriormente produzir todo o conhecimento sobre o mundo natural e a realidade socioeconômica, política e cultural. Essa relação com a natureza não foi desenvolvida individualmente e sim coletivamente, de forma a facilitar o enfrentamento dos desafios que se apresentavam.

Essa concepção acredita também que o próprio homem desenvolve-se, humaniza-se, pelo trabalho, na relação com a natureza e com os outros homens. “[...] toda a assim chamada história mundial nada mais é do que a produção do homem pelo trabalho humano”. (MARX, 1991, p.175)

Engels (1876) no texto *O papel do Trabalho na transformação do Macaco em Homem* nos explica que além de fonte de riqueza o trabalho criou o próprio homem



O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (ENGELS, 2004, p. 1).

Vigotsky (2009, p.6) estuda o desenvolvimento psíquico do ser humano e baseado em fundamentação marxista afirma que “a personalidade humana é formada fundamentalmente pela influência das relações sociais [...]” Em toda sua obra dá uma ênfase especial ao papel da educação.

A educação deveria desempenhar papel central na transformação do homem, o percurso de formação [social] consciente de novas gerações, a base mesma [forma básica] para transformar o tipo humano histórico [concreto]. [...] nesse sentido, o papel da educação social e politécnica é extremamente importante. As idéias elementares da educação social politécnica consistem em uma tentativa de superar a divisão entre trabalho físico e intelectual, reunindo pensamento e trabalho, separados durante o processo mesmo de desenvolvimento capitalista (Vigotsky, 2009, p.6-7).

Nos escritos de Marx e Engels o trabalho aparece como uma categoria aparentemente contraditória porque se apresenta como possibilidade de desenvolvimento e evolução do ser humano e como fator de alienação no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

A dialética identificada como filosofia da transformação pode interferir na realidade sócio-histórica pelo seu caráter questionador. O mundo da natureza, da história e do espírito está em constante movimento, transformação. O ser e o pensar são produtos sócio-históricos.

A fundamentação em Marx, Engels e Gramsci oferece base para a compreensão de uma ação militante e transformadora no mundo.

Libâneo, Oliveira e Toshi (2007) definem globalização e seus efeitos na instituição educativa.

Como instituição social educativa, a escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante as transformações econômicas políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo. Elas decorrem sobretudo, dos avanços tecnológicos, da reestruturação do sistema de produção e desenvolvimento, da compreensão do papel do Estado, nas modificações nele operadas e das mudanças no sistema financeiro, na organização do trabalho e nos hábitos de consumo. Este conjunto de transformações está sendo chamado, em geral, de globalização.

Globalização, portanto, designa uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que expressam o espírito da época e a etapa de desenvolvimento do capitalismo em que o mundo se encontra atualmente. (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSHI, 2007, p. 51)



Os autores apontam que se vivencia a Terceira Revolução Científica e Tecnológica, iniciada na segunda metade do século XX, porém nem todos estão incluídos da mesma forma na fruição dos benefícios dessa revolução, mas todos, de forma direta ou indireta, sofrem as conseqüências das transformações.

Como podemos perceber, o trabalho tem todo um significado na vida humana que extrapola a questão econômica de sobrevivência, mas que estão totalmente entrelaçadas com as condições materiais as outras possibilidades de desenvolvimento do ser e de sua consciência.

A etapa de desenvolvimento do capitalismo ao mesmo tempo em que propicia a uma parte da humanidade as condições materiais necessárias ao desenvolvimento da consciência e da liberação do trabalho braçal, expropria ainda, a sua grande maioria, do fundamental para sua existência com dignidade.

Dessa forma vemos regiões nas quais as condições básicas de existência não se concretizaram, que não usufruem dos avanços científicos e tecnológicos, o que impede o desenvolvimento tanto do espaço denominado rural, quanto do espaço urbano ao qual o rural está vinculado.

Carvalho (2010) explica que com mercado financeiro globalizado “a regulação transnacional das políticas sobrepõe-se às instâncias nacionais, debilitando instituições e práticas típicas do Estado-nação (CARVALHO, 2010, p. 4). Que, à medida que, o Estado-nação não oferece garantia de proteção e segurança, o cidadão passa a ser responsável por si mesmo e de encontrar alternativas para solucionar os seus problemas, sem ter que recorrer aos serviços públicos.

Expõe ainda a autora que o processo de globalização e reestruturação produtiva, flexibilização e desregulamentação, acentuam as desigualdades e as perspectivas de vida. Acompanha a flexibilização da economia, a flexibilização das relações e do caráter. Não existem mais regras fixas, o que vale é o imediatismo, as ligações tênues e superficiais, conduzindo à fragmentação dos laços solidários e da ética.

Os novos comportamentos, criados e assumidos como condição necessária à sobrevivência, tornam a vida mais fragmentada, pluralizada, desconexa, contraditória, efêmera, indeterminada, incerta, individualizada (CARVALHO, 2010, p. 31)

Denuncia que os comportamentos assumidos desestruturam espaços e consciência coletiva, tais como o sindicato, o partido e a consciência de classe. Que o discurso pós-moderno fundamentado em Foucault rompe com o poder situado no âmbito do Estado e o transporta para as relações locais, tentando fazer crer que as diferenças, relacionam-se ao



direito à diversidade e à pluralidade, fazendo com que a desigualdade e exclusão, constitutivas das relações capitalistas sejam celebradas como diversidades locais.

A democracia deixa de ser um valor universal para se adaptar a perspectivas e identidades diferenciadas.

Nesse contexto propõe-se a escola a transmissão de habilidades à economia flexível: capacidade de ser competitivo, adaptar-se a novas situações, ter espírito empreendedor. Do ponto de vista político a educação é vista como condição para formar para cidadania, visto como bom cidadão aquele **indivíduo** responsável por suas ações, idéias, pelo grupo e mundo que habita. Esses compromissos educacionais para o século XXI são expressos no Relatório Jacques Delors.

A população do campo precisa ter respondidas suas demandas por uma educação formal de qualidade. A II Conferência Nacional por uma Educação no Campo – 2004 pautou ações prioritárias das quais destaco algumas que demonstram a preocupação com políticas públicas articuladas com outras áreas: o fortalecimento da agricultura familiar/camponesa; erradicação do trabalho escravo e infantil; estímulo à construção de novas relações sociais e humanas e o combate a todas as formas de discriminação e desigualdade; universalização do acesso da população brasileira que trabalha e vive no e do campo à Educação Básica de qualidade social, por meio de uma política pública permanente; incentivar e apoiar a elaboração de materiais didáticos específicos para o camponês.

METODOLOGIA

Método Histórico Dialético, ação-reflexão-ação que propicie a compreensão e análise das condições de vida e busque soluções para sua transformação.

Para a projeto de pesquisa como um todo, não para a elaboração desse texto, utilizar-se-á da pesquisa-ação crítico participativa segundo Franco.

Se alguém opta por trabalhar com Pesquisa Ação, por certo tem a convicção de que pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática. [...] a pesquisa ação crítica não pretende apenas compreender ou descrever o mundo da prática, mas transformá-lo (FRANCO, 2005, p.486 - 487).

Segundo a autora não há uma incompatibilidade entre o método materialista dialético e a pesquisa ação crítico-participativa porque ambos buscam ir além da mera descrição da realidade e lutam pela sua transformação.

Vários autores que trabalham com a pesquisa-ação explicam é uma metodologia válida para aqueles que acreditam no papel da ciência como desenvolvimento social, que as



instituições de Ensino Superior devem se aproximar das questões vivenciadas pela população e juntamente com ela, entrelaçando conhecimento científico e as práticas tradicionais já desenvolvidas por um determinado grupo, buscar soluções para os problemas enfrentados.

Um conceito implícito nessa metodologia é o de práxis, ou seja, a teoria pela teoria não tem significado e a prática pela prática é simples ativismo. O conhecimento científico tem que servir para iluminar a realidade concreta, entendê-la na sua totalidade, e propor ações viáveis para sua transformação.

Frigotto (1994) explica que a pesquisa realizada nas faculdades, universidades e nos programas de mestrados e doutorados não deve ter função utilitarista, imediatista ou de caráter de ativismo. Que se deve indagar à serviço de quem despende-se o tempo, e as forças de grande parte da vida dos pesquisadores e educadores. Orienta que nossa pesquisa deve possuir num enfoque histórico, social, político e técnico.

O trabalho, as relações sociais de produção se constituem na concepção materialista histórica, nas categorias básicas que definem o homem concreto, histórico, os modos de produção da existência, o pressuposto do conhecimento e o princípio educativo por excelência (FRIGOTTO, 1994, P.82).

Esta pesquisa num primeiro momento visa realizar um diagnóstico da realidade por meio da análise de dados secundários do IBGE e IPARDES, bem como de levantamento bibliográfico sobre desenvolvimento de regiões rurais; concepções filosóficas e ontológicas que possibilitem a compreensão do ser humano como um todo; Teoria Histórico Cultural, predominantemente Vigotsky e Luria sobre como as relações sociais e culturais atuam no desenvolvimento humano, a importância da educação formal no desenvolvimento do psiquismo humano. Levantamento parcial, realizado até o momento.

Pretende num segundo período realizar levantamento de dados primários junto a algumas propriedades de agricultura familiar.

Na última etapa o propósito é socializar o resultado desta pesquisa e das demais do grupo de pesquisa GERA junto à comunidade e autoridades de Corumbataí do Sul de modo a contribuir no planejamento das políticas públicas do município.

ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA PARA SE PENSAR EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Busca-se nesse trabalho estabelecer relações entre desenvolvimento de regiões com baixo IDH e educação, para tanto não é possível se falar apenas de educação, até porque,



como podemos constatar por meio da argumentação dos diversos autores citados, a educação é pauta de discussão tanto daqueles que lutam pela manutenção do capitalismo colaborando nos momentos de reorganização do mesmo, como de pensadores marxistas que pensam o mundo sob uma outra forma de organização.

A questão é entender que a palavra pode ser a mesma, mas o sentido dado à mesma e os interesses existentes são bem distintos.

Da mesma forma precisamos compreender e distinguir a compreensão de organização e poder para concepções diferentes de mundo.

Conforme podemos ler em Marx toda a história mundial, toda a criação humana na relação com a natureza não foi desenvolvida individualmente e sim coletivamente, de forma a facilitar o enfrentamento dos desafios que se apresentavam.

O trabalho em Marx e Engels aparece como uma categoria aparentemente contraditória no sentido de que pode contribuir tanto para o desenvolvimento humano quanto para a sua alienação, entretanto a contradição é um princípio da dialética que possibilita interferir na realidade sócio-histórica pelo seu caráter questionador.

É uma ação militante e transformadora no mundo, contudo há exigência de se pensar que mundo se quer e para quem.

É imperativa a mudança para municípios de baixo IDH nos quais os modos de gerar trabalho e renda não condizem mais com as transformações econômicas, sociais e tecnológicas, entretanto não se pode pensar um desenvolvimento a qualquer custo social ou ambiental.

As diferenças de acesso ao trabalho e renda foram geradas pela exclusão daqueles que não se adaptam rapidamente aos padrões internacionais de produção e consumo do capital.

Retomando Marx e Vigotsky, precisamos pensar na educação ocupando um papel central na formação das novas gerações para transformar o mundo. Não qualquer educação, ou aquela que prepara para ser flexível, adaptável, competitivo e empreendedor e sim aquela que possa conduzir o ser humano a compreender e transformar o mundo por meio da aquisição de conhecimentos, científicos e tecnológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que o desenvolvimento econômico ocorra acredita-se que há necessidade de investimentos em áreas prioritárias como a educação de modo que a comunidade possa ao longo de um determinado tempo organizar-se coletivamente e que o desenvolvimento



alcançado possa diferir do atual modelo capitalista de concentração de renda e alto grau de agressão aos recursos naturais e humanos. Que a população possa encontrar no campo a qualidade de vida necessária para sua família e que o desejo de migrar para o espaço urbano possa ser uma opção e não uma ação compulsória para sobrevivência.

Existem hoje no município de Corumbataí do Sul projetos de extensão vinculados a Universidade Sem Fronteiras – Programa de Extensão da Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná, os quais procuram por meio da diversificação de culturas, da gestão e práticas associativistas, melhorar a geração de renda da pequena propriedade rural os quais têm alcançado sucesso.

O Ensino Superior por meio de seus grupos de pesquisa podem colaborar com o desenvolvimento regional por meio de suas pesquisas colaborando com as autoridades e associações na elaboração de políticas públicas para superação de seus problemas.

Quanto à educação especificamente, há que se pensar em políticas que garantam o acesso e permanência na educação formal de qualidade, que esta educação tenha abrangência geral de conteúdos científicos e que, ao mesmo tempo, possa atender as especificidades do ser humano que vive no e do campo, superando o ideário de que o campo é o lugar do atraso.

Ao tratar de educação, vincula-se ao assunto outras áreas que envolvem a organização coletiva dos produtores rurais em torno de projetos comuns e sem esta dificilmente haja possibilidade de superação de velhas práticas que impedem um desenvolvimento com sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada – volume 4, nº 2, abril/junho 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Educação Formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores**. Grupo de Pesquisa 12. Questões Sociais no Meio Rural. XLI Congresso da SOBER. Minas Gerais, 2003.
- Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local. Diretrizes de Desenvolvimento e Propostas de Políticas Públicas**. Departamento Sindical de Estudos Rurais. DESER. Curitiba: 1997.
- BRASIL, Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Política Nacional De Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.aipa.org.br/ea-leis-educacao-ambiental.htm#lei9795>. Último acesso em 16 de maio de 2009. 16 horas.
- II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo Luziânia, GO, 2 a 6 de agosto de 2004. DECLARAÇÃO FINAL (VERSÃO PLENÁRIA). Por Uma Política Pública de Educação do Campo**<http://www.red-ler.org/declaracion-II-conferencia-educacao-campo.pdf>



CARVALHO, Elma J. G. de. **Educação e Diversidade Cultural.** In: Educação e Diversidade Cultural. CARVALHO, Elma J. G. de e Faustino, Rosangela C. (orgs.) Maringá: Eduem, 2010.

ENGELS, Friederich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem.** Disponível em: www.marxists.org/portugues/marx/1876/otrabalhonatransformacaodomacacoemhomem
Acesso em 14 de agosto de 2007, 18 horas.

FRIGOTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.** In: FAZENDA, Ivani (org.) Metodologia da Pesquisa Educacional. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais:** mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo. Curitiba: IPARDES, 2004. 32p. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 15 de abril de 2009, 23 horas e 12 minutos.

LEONELLO, João Carlos e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Importância e Abrangência do Programa.**

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSHI, M. S. **Educação escolar: política, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl. Crítica da Economia Política. In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos.** Trad. José Carlos Bruni. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Coleção: Os Pensadores.

Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica. INCRA/FAO. Brasília: 2000.

SILVA, IRIZELDA M. DE S., CECÍLIO, MARIA APª E HIROSE, KIYOMI. EDUCAÇÃO DO CAMPO: **POLÍTICAS E DIRETRIZES.** In: Educação e Diversidade Cultural. CARVALHO, Elma J. G. de e Faustino, Rosangela C. (orgs.) Maringá: Eduem, 2010.

VIGOTSKY, Lev Semionovich. **A Transformação Socialista do Homem.** Trad. Roberto Della Santa Barros e Revisão de Marcelo Dalla Vecchia. In: Especial marxismo e Subjetividade. Disponível em: Portal do PSTU. <http://www.pstu.org.br> Último acesso em: 20 de abril de 2009, 23 horas e 41 minutos.